



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos extintores e mangueiras de extinção de incêndio dos prédios Sede, Anexo I, Anexo II e Depósito Central do TRESC, bem como dos prédios dos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A manutenção visa dar cumprimento às normas de proteção contra incêndio, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e instruções do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBM/SC, que recomendam a manutenção periódica para verificar a perda ou descaracterização das condições de utilização dos equipamentos de extinção de incêndio a fim de manter a sua eficiência e qualidade quando de sua necessária utilização.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, os equipamentos de extinção de incêndio (extintores e mangueiras) do TRESC mantenham o atendimento às normas da ABNT, INMETRO e CBM-SC, estando prontos ao uso para garantir a segurança de servidores, usuários e instalações físicas da Justiça Eleitoral.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntados no PAE n. 7.470/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A relação entre demanda prevista e a contratada é definida pela quantidade de extintores e mangueiras de incêndio existentes nos imóveis do TRE-SC que necessitam de manutenção. Em virtude da necessidade normativa de inspeção e manutenção anual nesses equipamentos.

As quantidades de extintores e mangueiras para combate a incêndios constantes na presente contratação estão descritas na tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	TIPO DE MANUTENÇÃO	QTDE
01	EXTINTOR CO2 – 4 KG	Nível 2	20
02	EXTINTOR CO2 – 4 KG	Nível 3	9
03	EXTINTOR CO2 – 6 KG	Nível 2	56
04	EXTINTOR CO2 – 6 KG	Nível 3	17
05	EXTINTOR PQS – 4 KG	Nível 2	129



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM	OBJETO	TIPO DE MANUTENÇÃO	QTDE
06	EXTINTOR PQS – 4 KG	Nível 3	53
07	EXTINTOR PQS – 6 KG	Nível 2	39
08	EXTINTOR PQS – 6 KG	Nível 3	10
09	EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA – 10 L	Nível 2	55
10	EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA – 10 L	Nível 3	12
11	MANGUEIRA 1 ½” Tipo 2	Preventiva e Corretiva	40

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos extintores e mangueiras de extinção de incêndio dos prédios Sede, Anexo I, Anexo II e Depósito Central do TRESC, bem como dos prédios dos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação do objeto deverá ser global, uma vez que permitirá uma melhor otimização na gestão da contratação, bem como dos serviços executados. Além disso, amplia o interesse das empresas na participação do certame, tendo em vista que torna o objeto da contratação mais atraente em função de envolver vários itens dentro de uma mesma região.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRESC.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;
 - i. O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - Informação do local e data de expedição do atestado;
 - Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Certidão de registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional de Química – CRQ, dentro de seu prazo de validade;
- c) Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) e/ou RRT(s) e/ou AFT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: manutenção de extintores e mangueiras de combate a incêndio.
- d) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA ou no CAU ou no CRQ pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

A presente licitação poderá ser destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em se aplicando os termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se que a modalidade da licitação seja o Pregão Eletrônico do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes, de materiais tóxicos como o óleo de motor.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13. Conformidade Técnica

A manutenção a ser executada e os materiais a serem fornecidos e instalados deverão estar em conformidade com as normas e as especificações técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial quanto às disposições das normas NBR15808, NBR12693, NBR12779, NBR12962, NBR13485, NBR 14349, NBR 11861, Instruções do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Portarias do INMETRO, em especial Portaria Inmetro nº 56 de 16.2.2022.

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços, a fim de verificar o estado de conservação dos equipamentos que irão receber manutenção;

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através dos telefones (48) 3251-3785 ou 3251-3718, das 13 às 18 horas;
- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.15.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

A Contratada ficará obrigada a:

- 2.16.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.
- 2.16.2. Tomar as seguintes providências em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRESC:
 - a) Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART, RRT ou AFT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Apresentar o visto no respectivo Conselho (CREA ou CRQ) de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no Conselho de origem.
 - c) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), RRT(s) ou AFT(s) do profissional citado na alínea "a", devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços deste Projeto Básico.
 - d) Apresentar o Certificado de Conformidade de Produto / Serviço à NBR 12962 (ou à norma que venha substituí-la ou complementá-la) emitido por Organismo de Certificação Credenciado (OCC) ao Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) ou Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
 - e) Participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRESC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRESC.
 - f) Fornecer à Seção de Manutenção Predial do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
 - g) Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
- 2.16.3. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP após o cumprimento das obrigações previstas no item 2.16.2.
- 2.16.4. Emitir Relatório Técnico de Rastreabilidade de Inspeção e Manutenção para os extintores e mangueiras de combate a incêndio, de acordo com as normas e portarias específicas da ABNT, do INMETRO e do Corpo de Bombeiros, acerca do estado de conservação e das condições de funcionamento de cada equipamento. O documento deverá ser separado por imóvel, datado e assinado pelo responsável técnico pelos serviços contratados.
- 2.16.5. Emitir certificado que ateste a irrecuperabilidade de extintor condenado, quando impossível a manutenção em nível 2 ou 3, bem como certificado que ateste a irrecuperabilidade de mangueira de extinção de incêndio, quando impossível a realização de manutenção corretiva.
- 2.16.6. Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional.
- 2.16.7. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 2.16.8. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 2.16.9. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.10. Substituir os equipamentos recolhidos para manutenção por reservas, contendo as mesmas características e em número suficiente para atender os respectivos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ambientes, até a devida devolução.

2.16.11. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.16.12. Agendar a realização dos serviços com a Seção de Manutenção Predial quanto aos prédios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos e-mails e/ou telefones constantes do Anexo V.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos técnicos abaixo:

3.1.1. Manutenção dos extintores de incêndio em nível 2 (nos equipamentos indicados no Anexo II)

A manutenção de segundo nível dos extintores de incêndio deverá ser realizada adotando-se os seguintes procedimentos, que devem ser complementados de acordo com a necessidade pelas recomendações e demais procedimentos indicados nas normas da ABNT, Portarias INMETRO e orientações do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

- a) Substituição dos equipamentos em manutenção por reservas – caso seja necessária a retirada dos extintores – contendo as mesmas características dos equipamentos substituídos, os quais deverão permanecer até a data da devolução dos equipamentos devidamente revisados;
- b) Desmontagem completa do extintor de incêndio;
- c) Verificação da necessidade do recipiente ou cilindro de extintor de incêndio ser submetido ao ensaio hidrostático;
- d) Limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos componentes sujeitos a entupimento;
- e) Inspeção visual das roscas dos componentes removíveis e verificação dimensional para as roscas cônicas dos cilindros para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) e cilindros para gases expelentes (ampolas);
- f) Inspeção das partes internas, utilizando o dispositivo de iluminação interna, e externas, quanto à existência de danos ou corrosão;
- g) Repintura, quando necessário;
- h) Regulagem da válvula de alívio, para extintores de pressurização indireta;
- i) Regulagem estática do regulador de pressão pertencente ao extintor de incêndio de pressurização indireta, de forma que permita a pressurização do recipiente para o agente extintor até atingir uma pressão estática de 1,4 MPa (14kgf/cm²);
- j) Verificação do indicador de pressão, o qual não poderá apresentar vazamento e deverá indicar marcação correta quanto à faixa de operação;
- k) Exame visual dos componentes de materiais plásticos, com auxílio de lupa, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- l) Avaliação de todos os componentes do extintor de incêndio, realização dos ensaios pneumáticos nos componentes definidos pelas normas do INMETRO, podendo acarretar na realização de todos os ensaios e/ou na substituição dos componentes que não atendam as especificações técnicas ou sejam reprovados nos ensaios; Nota: Embora realizado por meio de pressurização de ar e água, o ensaio de vazamento das válvulas também é considerado um ensaio pneumático;
- m) Verificação da condutividade elétrica da mangueira de descarga;
- n) Fixação dos componentes roscados com aperto adequado, sendo que para a válvula de descarga, tampa e mangueira devem ser adotadas as recomendações do INMETRO; para o bujão de segurança, deve ser adotado o aperto especificado pelo fabricante da válvula;
- o) Substituição do quadro de instruções, conforme prescrições do INMETRO, adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio;
- p) Montagem do extintor de incêndio com os componentes compatíveis previamente verificados e aprovados, ou com componentes substituídos novos que atendam às normas, requisitos técnicos e Portarias do Inmetro aplicáveis;
- q) Execução de recarga e pressurização do extintor de incêndio;
- r) Colocação do anel de identificação da manutenção;;
- s) Realização do ensaio de vazamento do extintor de incêndio;
- t) Colocação da trava e lacre;
- u) Fixação do Selo de Identificação da Conformidade;
- v) Fixação da etiqueta auto-adesiva contendo declaração e condições da garantia.
- w) Ao final dos trabalhos a Contratada deverá apresentar Relatório de Manutenção que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - i. A identificação do cliente: nome ou razão social.
 - ii. Identificação do recipiente/cilindro (norma, número de série e carga nominal do agente extintor)
 - iii. Marca e ano de fabricação do recipiente/extintor e do último ensaio hidrostático, quando houver;
 - iv. Discriminação dos componentes novos que substituíram outros reprovados, quando aplicável;
 - v. Assinatura do responsável operacional;
 - vi. Relação dos números dos Selos de Identificação da Conformidade utilizados em uma Ordem de Serviço referente a extintores retirados de um mesmo cliente.
 - vii. Local de retirada do extintor para manutenção.

3.1.2. Manutenção dos extintores de incêndio em nível 3 (nos equipamentos indicados no Anexo II)

A manutenção de terceiro nível dos extintores de incêndio inclui todos os requisitos aplicáveis à manutenção de segundo nível previstos nesta Contratação e, adicionalmente, deverá ser realizada adotando-se os seguintes procedimentos, que devem ser complementados de acordo com a necessidade pelas recomendações e demais procedimentos indicados nas normas da ABNT, Portarias INMETRO e orientações do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

- a) Substituição dos equipamentos em manutenção por reservas – caso seja necessária a retirada dos extintores – contendo as mesmas características dos equipamentos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

substituídos, os quais deverão permanecer até a data da devolução dos equipamentos devidamente revisados;

- b) Identificação do ensaio hidrostático, que deve conter as seguintes informações: logotipo ou marca da empresa prestadora do serviço; e o ano da execução do ensaio hidrostático;
- c) Execução do ensaio hidrostático dos recipientes e cilindros destinados ao agente extintor e ao gás expelente (quando houver), segundo o método de ensaio descrito nas normas técnicas;
- d) Remoção total ou parcial da pintura dos recipientes ou cilindros, sendo que a remoção total deverá ocorrer, obrigatoriamente, quando for observada a necessidade segundo as recomendações técnicas;
- e) Pintura do recipiente ou cilindro;
- f) Determinação da capacidade volumétrica;
- g) Substituição do conjunto de segurança da válvula de descarga dos extintores de incêndio de CO₂ ou cilindros para o gás expelente (arruela, disco e bujão), posteriormente ao ensaio hidrostático na válvula de descarga.
- h) Verificação da resistência à pressão da válvula de descarga;
- i) Verificação da resistência à pressão da mangueira de descarga.
- j) Ao final dos trabalhos a Contratada deverá apresentar o Relatório da Manutenção de terceiro nível que deverá conter, além do estabelecido no Relatório de Manutenção de segundo nível., as seguintes informações:
 - i. a) Tara atual e perda de massa (%), para os cilindros que apresentarem corrosão maior que grau F1 definido na norma ABNT NBR 5770.
 - ii. Expansão total, permanente e permanente percentual dos cilindros ensaiados hidrostaticamente;
 - iii. Resultado do ensaio hidrostático e, se for o caso, o motivo da condenação;
 - iv. Pressão do ensaio.

3.1.3. Manutenção das mangueiras de extinção de incêndio (nas mangueiras indicadas no Anexo IV):

A manutenção das mangueiras de incêndio deverá ser realizada adotando-se os seguintes procedimentos, que devem ser complementados de acordo com a necessidade pelas recomendações e demais procedimentos indicados nas normas da ABNT, Portarias INMETRO e orientações do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

- a) Retirada das mangueiras nos locais indicados;
- b) Substituição das mangueiras em manutenção por reservas, contendo as mesmas características das existentes, as quais deverão permanecer até a data da devolução das mangueiras revisadas;
- c) Colocação de identificação individual em todas as mangueiras não identificadas, conforme prescrição da NBR 12779, tornando possível a individualização das mesmas;
- d) Inspeção das mangueiras e caixas dos hidrantes e, se necessário, fornecimento e instalação das peças danificadas ou desgastadas, tais como anéis de vedação, volantes, bicos, uniões, etc.
- e) Realização de ensaio hidrostático nas mangueiras, com pressão de ensaio de 1665 kPa (17 kgf/cm²) e seguindo as diretrizes da NBR 12779 e NBR 14349;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) Inspeção da rede hidráulica e de reserva técnica de combate a incêndio, compreendendo a inspeção dos hidrantes internos e externos, registros, tubulações e conexões, devendo constar do relatório de inspeção as observações e recomendações pertinentes;
- g) Emissão de certificado que ateste a aprovação de todas as mangueiras de extinção de incêndio que tenham sofrido manutenção. O certificado poderá ser único, aprovando diversas mangueiras, desde que cada uma delas esteja relacionada no certificado, e deverá possuir no mínimo as seguintes informações (de acordo com a NBR 12779):
 - i. Identificação individual;
 - ii. Fabricante;
 - iii. Marca do duto flexível e uniões;
 - iv. Diâmetro;
 - v. Comprimento;
 - vi. Tipo;
 - vii. Inspeção ou manutenção;
 - viii. Data da execução;
 - ix. Data da próxima inspeção e/ou manutenção;
 - x. Identificação do local de onde foi retirado originalmente a mangueira para a manutenção.
 - xi. Nome e assinatura do responsável pela inspeção/manutenção.

3.1.4. Na hipótese de haver condenação de extintor ou mangueira de extinção de incêndio, em razão de impossibilidade de manutenção, a empresa deverá proceder da seguinte forma:

- a) Emissão de certificado que ateste a irrecuperabilidade de extintor condenado, quando não for possível a manutenção em nível 2. O certificado deverá ser único, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - i. O número de identificação individual do extintor, gravado em baixo relevo no respectivo equipamento,
 - ii. A descrição completa da manutenção efetuada no extintor,
 - iii. O defeito insanável encontrado e seu detalhamento,
 - iv. As razões da impossibilidade de aprovação do extintor, mesmo com a manutenção de nível 2,
 - v. Fabricante;
 - vi. Data da execução;
 - vii. Identificação do local de onde foi retirado originalmente o extintor para a manutenção.
 - viii. Nome e assinatura do responsável pela inspeção/manutenção.
- b) Emissão de certificado que ateste a irrecuperabilidade de extintor condenado, quando não for possível a manutenção em nível 3. O certificado deverá ser único, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - i. O número de identificação individual do extintor, gravado em baixo relevo no respectivo equipamento,
 - ii. A descrição completa da manutenção efetuada no extintor,
 - iii. O defeito insanável encontrado e seu detalhamento,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- iv. As razões da impossibilidade de aprovação do extintor, mesmo com a manutenção de nível 3,
 - v. Fabricante;
 - vi. Data da execução;
 - vii. Identificação do local de onde foi retirado originalmente o extintor para a manutenção.
 - viii. Nome e assinatura do responsável pela inspeção/manutenção.
- c) Emissão de certificado que ateste a irrecuperabilidade de mangueira de extinção de incêndio condenada, quando não for possível a manutenção de acordo com a NBR 12779, NBR 14349 e NBR 11861. O certificado deverá ser único, contendo no mínimo, as seguintes informações:
- i. Identificação individual,
 - ii. A descrição completa da manutenção efetuada na mangueira,
 - iii. O defeito insanável encontrado e seu detalhamento,
 - iv. As razões da impossibilidade de aprovação/manutenção da mangueira conforme as normas NBR 12779, NBR 14349 e NBR 11861,
 - v. Fabricante;
 - vi. Marca do duto flexível e uniões;
 - vii. Diâmetro;
 - viii. Comprimento;
 - ix. Tipo;
 - x. Data da execução;
 - xi. Identificação do local de onde foi retirado originalmente a mangueira de extinção de incêndio para a manutenção.
 - xii. Nome e assinatura do responsável pela inspeção/manutenção.

Em caso de condenação de extintor ou mangueira de extinção de incêndio o TRESC fica no direito de promover nova avaliação junto a outras entidades, bem como perícias.

Em caso de novas edições/revisões das normas elencadas, as mudanças só entrarão em vigor quando da revisão do RTQ – Regulamento Técnico da Qualidade, conforme determinado pelo INMETRO.

Os equipamentos recolhidos para manutenção devem ser substituídos por reservas, contendo as mesmas características e em número suficiente para atender os respectivos ambientes. Os equipamentos reservas deverão permanecer até a data da devolução dos equipamentos devidamente mantidos.

3.1.5. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a essa contratação.

3.1.6. Códigos SIASG

O código SIASG da contratação é 3662.

3.1.7. Vigência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a essa contratação.

Florianópolis, 6 de junho de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Contratada deverá executar os serviços contratados no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da autorização para execução dos serviços da Seção de Manutenção Predial.

A gestão e a fiscalização do Contrato serão exercidas pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, referente aos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central.

Em relação aos Cartórios Eleitorais, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas diretamente pelo(s) respectivo(s) Chefe(s) de Cartório, ou seu(s) substituto(s), individual ou coletivamente.

A gestão e fiscalização terão autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens deste Projeto Básico;
- c) Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços
- d) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial – SMP do TRESC, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica a cargo da Seção de Manutenção Predial a autorização para o início dos serviços e a orientação aos responsáveis pelos imóveis quanto ao agendamento prévio e demais providências a serem tomadas para a realização dos serviços.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho e do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no Processo Administrativo Eletrônico que originou a contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços serão executados com a coleta dos extintores e mangueiras de extinção de incêndio conforme requisitos do Item 3.1 após agendamento com o responsável pela Seção de Manutenção Predial do TRESP ou seu Substituto, através dos números (48) 3251-3785 ou (48) 3251-3718 e tratando-se dos Cartórios Eleitorais, o agendamento deverá ser feito com os respectivos chefes de cartório ou seus substitutos nos telefones constantes do Anexo V.

Ressalta-se, conforme determinado nas especificações constantes no Item 3.1, que os equipamentos recolhidos para manutenção devem ser substituídos por reservas, contendo as mesmas características e em número suficiente para atender os respectivos ambientes. Os equipamentos reservas deverão permanecer até a data da devolução dos equipamentos devidamente mantidos.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa declarada vencedora do certame.

1.4. Prazos de Garantia

Os serviços realizados nos extintores e mangueiras de combate a incêndio terão garantia mínima de 1 (um) ano contado da data de recebimento definitivo do lote de extintores e/ou mangueiras de incêndio.

No caso das cargas dos extintores de incêndio, a garantia está relacionada à qualidade do produto e eficiência no combate a incêndio, inclusive implicando a obrigação de substituição e execução de nova carga em casos de vazamentos, com perda de pressão superior a 2% (dois por cento) no período de tempo inferior a 1 (um) ano:

- a) Inclui-se na garantia todo e qualquer prejuízo ou dano causado às pessoas ou ao patrimônio, em decorrência de defeito do cilindro, desde que não seja observado qualquer sinal evidente de deterioração causada por corrosão ou choques e pancadas.

O acionamento e o acompanhamento da empresa para prestação do serviço de garantia são de responsabilidade dos gestores do contrato durante a sua vigência:

- a) Equipamentos nos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central: Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato,
- b) Equipamentos nos Cartórios Eleitorais: respectivos Chefes de Cartório, ou seus substitutos.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, referente aos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central. Em relação aos Cartórios Eleitorais, o acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos diretamente pelo(s) respectivo(s) Chefe(s) de Cartório, ou seu(s) substituto(s), individual ou coletivamente, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dos serviços.

- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) Aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) Determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exige a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento do objeto será precedido da verificação da entrega dos equipamentos nas quantidades e tipos listados nos Anexo II e IV, como também dos itens descritos na tabela abaixo:

Equipamento	Itens a verificar
Extintores	<ul style="list-style-type: none">• Integridade do lacre de segurança;• Verificação da carga com o ponteiro do manômetro na área verde do indicador;• Selo de segurança do INMETRO contendo indicação do prestador do serviço e indicação de mês e ano de realização do serviço; e,• Etiqueta com identificação do cilindro, tipo do elemento, cliente (no caso TRE-SC), data da manutenção realizada, data da próxima manutenção e data do próximo Teste Hidrostático.
Mangueiras	<ul style="list-style-type: none">• Etiqueta indicando a data do ensaio realizado e a respectiva validade.

Dessa forma, o recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente à conferência de cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Projeto Básico.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

A empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- a) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;
 - i. O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - Informação do local e data de expedição do atestado;
 - Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- b) Certidão de registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional de Química – CRQ, dentro de seu prazo de validade;
- c) Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) e/ou RRT(s) e/ou AFT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: manutenção de extintores e mangueiras de combate a incêndio.
- d) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA ou no CAU ou no CRQ pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2. As sanções previstas no subitem 1.11 e 1.11.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.3. As penas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do subitem 1.11.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.5. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.6.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.6.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.6.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.6.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.7. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.8. As sanções estabelecidas no subitem 1.11 e na alínea “c” do subitem 1.11.7 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.9. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso ou, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.9.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.9, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.9.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.10. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.7, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.11. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.11.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.11.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.11.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.7 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Lista de extintores por localidades, tipo de carga, peso e tipo de manutenção

Município	Zona Eleitoral/ Local	Tipo de Carga do Extintor (Pó Químico, Água ou CO2)	Peso (kg)	Tipo de Manutenção
ABELARDO LUZ	71	PQS	4	Nível 3
ANITA GARIBALDI	52	CO2	6	Nível 2
ARARANGUA	1	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	56 - 103	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
BALNEÁRIO PIÇARRAS	68	PQS	4	Nível 2
BIGUAÇU	2	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
BLUMENAU	03 e 88	CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
		CO2	6	Nível 3
		CO2	6	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
BOM RETIRO	4	CO2	6	Nível 2
BRAÇO DO NORTE	44	CO2	6	Nível 3
BRUSQUE	05 e 86	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
CAÇADOR	6	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
CAMPO ERÊ	69	CO2	6	Nível 2
CAMPOS NOVOS	7	PQS	4	Nível 2
CAPINZAL	37	CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
CHAPECÓ	35 - 94	PQS	6	Nível 3
		PQS	4	Nível 2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
CONCÓRDIA	9	PQS	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
CRICIÚMA	10 - 92 - 98	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
CURITIBANOS	11	PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
DIONÍSIO CERQUEIRA	50	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
FLORIANÓPOLIS	12 - 13 - 100	PQS	4	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
FLORIANÓPOLIS - SEDE	S2 – GARAGEM	CO2	6	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
	S1 – GARAGEM	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	PQS	4	Nível 2
SALA DE SESSÕES	PQS	4	Nível 3
	PQS	4	Nível 2
	CO2	6	Nível 2
	CO2	6	Nível 2
MUSEU	CO2	6	Nível 2
MEZANINO DO MUSEU	PQS	4	Nível 2
TÉRREO – HALL	PQS	4	Nível 2
	CO2	6	Nível 2
TÉRREO – COSE	PQS	4	Nível 2
MEZANINO – COSE	PQS	4	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
S. TELEFONIA	CO2	6	Nível 2
1º - HALL	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	PQS	4	Nível 2
1º - BIBLIOTECA /LADO DIREITO	PQS	4	Nível 2
1º - BIBLIOTECA / LADO ESQUERDO	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
2º - HALL	PQS	6	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
2º - LADO DIREITO	CO2	4	Nível 2
	CO2	6	Nível 2
2º - S. RISC / CSC	CO2	6	Nível 2
2º - LADO ESQUERDO	PQS	4	Nível 2
	PQS	6	Nível 2
3º - HALL	PQS	6	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
3º - LADO DIREITO	CO2	6	Nível 2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3º - LADO ESQUERDO	PQS	4	Nível 2
	PQS	6	Nível 2
4º - HALL	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	PQS	6	Nível 2
4º - LADO DIREITO	PQS	6	Nível 3
	PQS	6	Nível 2
4º - LADO ESQUERDO	PQS	6	Nível 2
5º - HALL	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	PQS	6	Nível 2
5º - LADO DIREITO	CO2	6	Nível 2
5º - LADO ESQUERDO	PQS	6	Nível 2
6º - HALL	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	PQS	6	Nível 2
6º LADO DIREITO	CO2	6	Nível 2
6º LADO ESQUERDO	PQS	6	Nível 2
7º - HALL	PQS	6	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
7º - LADO DIREITO	PQS	6	Nível 2
7º - LADO ESQUERDO	PQS	6	Nível 2
8º - HALL	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
	CO2	6	Nível 2
8º - LADO DIREITO	CO2	6	Nível 2
8º - LADO ESQUERDO	CO2	6	Nível 2
9º - HALL	PQS	6	Nível 2
	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
9º - LADO DIREITO	PQS	6	Nível 2
9º - SALA TREINAMENT O 1	PQS	4	Nível 2
9º - SALA TREINAMENT O 2	PQS	6	Nível 2
9º - SALA TREINAMENT	CO2	4	Nível 2

[illegible]



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
CO2	4	Nível 2
CO2	4	Nível 2
CO2	4	Nível 2
CO2	4	Nível 2
CO2	6	Nível 2
CO2	6	Nível 2
CO2	6	Nível 2
CO2	6	Nível 2
CO2	6	Nível 2
PQS	6	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 3
PQS	4	Nível 2
PQS	4	Nível 2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PQS	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		PQS	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		PQS	6	Nível 3
		PQS	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 2
FLORIANÓPOLIS - ANEXO I	S1 – GARAGEM / ANEXO	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
	TÉRREO – HALL	PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
	SL - ANEXO	PQS	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
	1º - HALL	CO2	4	Nível 2
		PQS	6	Nível 2
	2º - HALL	PQS	4	Nível 2
		PQS	6	Nível 2
	3º - HALL	PQS	4	Nível 3
		CO2	4	Nível 2
	4º - HALL	PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 3
	5º - HALL	PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
	CASA DE MÁQUINAS	CO2	6	Nível 2
FLORIANÓPOLIS - ANEXO II	ANEXO II	PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
FRAIBURGO	77	PQS	4	Nível 2
GASPAR	64	PQS	4	Nível 3
		CO2	6	Nível 2
GUARAMIRIM	60	CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
IBIRAMA	14	PQS	4	Nível 2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PQS	4	Nível 3
IÇARA	79	PQS	4	Nível 2
IMARUÍ	62	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
IMBITUBA	73	PQS	4	Nível 2
INDAIAL	15	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
		CO2	6	Nível 3
ITAJAÍ	16-97	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
ITAIÓPOLIS	38	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
ITAPEMA	91	PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
ITAPIRANGA	65	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
ITUPORANGA	39	PQS	4	Nível 2
JARAGUÁ DO SUL	17 - 87	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
JOAÇABA	18 - 85	PQS	4	Nível 2
JOINVILLE	19 - 76 - 95 - 96 - 105	PQS	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		CO2	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		CO2	4	Nível 2
		PQS	6	Nível 3
		CO2	6	Nível 2
LAGES	21 - 93 - 104	CO2	6	Nível 2
		PQS	6	Nível 2

[illegible]



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
PALMITOS	41	PQS	6	Nível 2
PINHALZINHO	66	PQS	6	Nível 2
PONTE SERRADA	63	PQS	4	Nível 3
		CO2	4	Nível 3
PORTO UNIÃO	25	CO2	4	Nível 2
QUILOMBO	78	CO2	6	Nível 2
RIO DO SUL	26 - 102	PQS	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
RIO NEGRINHO	74	PQS	6	Nível 2
SANTA CECÍLIA	51	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	67	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SÃO BENTO DO SUL	30	PQS	6	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
SÃO CARLOS	70	PQS	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 3



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		CO2	4	Nível 3
		ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
SÃO FRANCISCO DO SUL	27	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SÃO JOÃO BATISTA	53	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SÃO JOAQUIM	28	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 3
SÃO JOSÉ	29 - 84	CO2	4	Nível 2
		CO2	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
		CO2	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
		CO2	4	Nível 3
		CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SÃO LOURENÇO DO ESTE	49	ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
		CO2	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3
SÃO MIGUEL DO OESTE	45 - 82	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
SEARA	61	PQS	6	Nível 3
SOMBRIÓ	54	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
TAIO	46	PQS	4	Nível 2
		ÁGUA PRESSURIZADA	10	Nível 2
TANGARÁ	47	CO2	6	Nível 2
TIJUCAS	31	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
TIMBÓ	32	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
TROMBUDO CENTRAL	57	CO2	6	Nível 3
TUBARÃO	33 - 99	PQS	4	Nível 3
		PQS	4	Nível 3



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
TURVO	42	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 3
URUSSANGA	34	PQS	4	Nível 2
VIDEIRA	36	PQS	4	Nível 2
		CO2	6	Nível 2
XANXERÊ	43	PQS	4	Nível 2
		PQS	4	Nível 2
XAXIM	48	CO2	6	Nível 2
		PQS	4	Nível 3



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Quadro resumo das quantidades de extintores

EXTINTORES		
EXTINTOR	TIPO DE MANUTENÇÃO	QUANTIDADE
CO2 – 4kg	Nível 2	20
CO2 – 4kg	Nível 3	9
CO2 – 6kg	Nível 2	56
CO2 – 6kg	Nível 3	17
PQS – 4Kg	Nível 2	129
PQS – 4Kg	Nível 3	53
PQS – 6Kg	Nível 2	39
PQS – 6Kg	Nível 3	10
ÁGUA PRESSURIZADA – 10L	Nível 2	55
ÁGUA PRESSURIZADA – 10L	Nível 3	12
TOTAL		400



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo IV - Lista de mangueiras de incêndio por localidade

1. MANUTENÇÃO DAS MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO DO ED. SEDE DO TRE-SC				
LOCALIZAÇÃO: RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 – CENTRO – FLORIANÓPOLIS/SC				
LOCALIZAÇÃO	ITEM	MANGUEIRA	M	TIPO DE MANUTENÇÃO
S2 - GARAGEM	1	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
	2	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
S1 - GARAGEM	3	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	4	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
TÉRREO - HALL	5	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	6	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
1º - HALL	7	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	8	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
2º - HALL	9	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	10	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
3º - HALL	11	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	12	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
4º - HALL	13	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	14	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
5º - HALL	15	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	16	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
6º - HALL	17	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	18	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
7º - HALL	19	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	20	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
8º - HALL	21	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	22	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
9º - HALL	23	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	24	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
10º - HALL	25	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	26	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA
ÁTICO - HALL	27	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT.PREV. E CORRETIVA
	28	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT.PREV. E CORRETIVA

2. MANUTENÇÃO DAS MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO DO ED. ANEXO I DO TRES C

LOCALIZAÇÃO: RUA ESTEVES JÚNIOR, 80 - CENTRO – FLORIANÓPOLIS/SC

LOCALIZAÇÃO	ITEM	TIPO DE MANGUEIRA	M	TIPO DE MANUTENÇÃO
5º - HALL	29	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
	30	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
4º - HALL	31	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
3º - HALL	32	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
2º - HALL	33	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
1º - HALL	34	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
TÉRREO - HALL	35	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
	36	1 ½" – Tipo 2	20	MANUT. PREV. E CORRETIVA
S1 - GARAGEM	37	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
	38	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. MANUTENÇÃO DAS MANGUEIRAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE SÃO JOSÉ

LOCALIZAÇÃO: AV. BEIRA-MAR, ESQUINA COM RUA LUIZ FAGUNDES – SÃO JOSÉ/SC

LOCALIZAÇÃO	ITEM	TIPO DE MANGUEIRA	M	TIPO DE MANUTENÇÃO
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR – SÃO JOSÉ	39	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA
	40	1 ½" – Tipo 2	15	MANUT. PREV. E CORRETIVA

QUADRO RESUMO

QUANTIDADE	TIPO MANGUEIRA	TIPO MANUTENÇÃO
40	1 ½"	PREVENTIVA E CORRETIVA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo V – Localidades, endereços e contatos

Item	Município	Endereço	Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	ABELARDO LUZ	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	49 3445 4625/49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
2	ANITA GARIBALDI	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322/49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
3	ARARANGUÁ	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3524 0494/48 988076280	zona001@tre-sc.jus.br
4	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	47 3367 4526/47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
			103	47 3398 4605/47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br
5	BALNEÁRIO PIÇARRAS	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	47 3345 1155/47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
6	BIGUAÇU	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	zona002@tre-sc.jus.br
7	BLUMENAU	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	47 3326 4850/47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
			88	47 3329 1999/47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
8	BOM RETIRO	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575/49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br
9	BRAÇO DO NORTE	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750-000	44	48 3658 4123/48 988054212	zona044@tre-sc.jus.br
10	BRUSQUE	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	47 3396 6215/47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
			86	47 3355 6532/47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
11	CAÇADOR	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087/49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
12	CAMPO ERÊ	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225/49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
13	CAMPOS NOVOS	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104/49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
14	CAPINZAL	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459/49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

15	CHAPECÓ	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232/49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
16	CHAPECÓ	Av. Nereu Ramos, 1841-E, Centro - 89805-018	94	49 3323 5445/49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
17	CONCÓRDIA	R Ângelo Ari Biezus, N. 69, Térreo - 89700-194	9	49 3444 7198/49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
			90	49 3444 5970/49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br
18	CRICIÚMA	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3433 1347/48 988083028	zona010@tre-sc.jus.br
			92	48 3438 2502/48 988083357	zona092@tre-sc.jus.br
			98	48 3437 3574/48 988084754	zona098@tre-sc.jus.br
19	CURITIBANOS	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533/49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
20	DIONÍSIO CERQUEIRA	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446/49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
21	FLORIANÓPOLIS	Rua São Francisco, N. 234, Centro - 88015-140	12	48 3248 6609/48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
			13	48 3222 8739/48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
			100	48 3224 6751/48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
22	FRAIBURGO	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	49 3246 3013/49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
23	GASPAR	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	47 3332 1256/47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
24	GUARAMIRIM	Rua 28 de Agosto, N. 2000 - 89270-000	60	47 3373 0967/47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
25	IBIRAMA	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	47 3357 3522/47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
26	IÇARA	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3432 3174/48 988081566	zona079@tre-sc.jus.br
27	IMARUÍ	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3643 0134/48 988061409	zona062@tre-sc.jus.br
28	IMBITUBA	Av Santa Catarina, 186 - 88780-000	73	48 3255 1497/48 988070382	zona073@tre-sc.jus.br
29	INDAIAL	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	47 3333 3011/47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

30	ITAIÓPOLIS	Rua Carril Pflanze, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791/47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
31	ITAJAÍ	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	47 3349 2941/47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
			97	47 3346 3531/47 988331702	zona097@tre-sc.jus.br
32	ITAPEMA	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	47 3268 0605/47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
33	ITAPIRANGA	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207/49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br
34	ITUPORANGA	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	47 3533 1605/47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
35	JARAGUÁ DO SUL	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183/47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
			87	47 3275 1819/47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
36	JOAÇABA	Av XV de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246/49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
			85	49 3521 3060/49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
37	JOINVILLE	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023/47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
			76	47 3433 9355/47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
			95	47 3433 8671/47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
			96	47 3422 1354/47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
			105	47 3433 6433/47 988352259	zona105@tre-sc.jus.br
38	LAGES	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316/49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
			93	49 3222 8312/49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
			104	49 3222 8317/49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
39	LAGUNA	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3644 0703/48 988119642	zona020@tre-sc.jus.br
40	MAFRA	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987/47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
41	MARAVILHA	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856/49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

42	MODELO	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504/49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
43	NAVEGANTES	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	47 3319 2252/47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br
44	ORLEANS	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3466 1880/48 988128065	zona023@tre-sc.jus.br
45	PALHOÇA	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528/48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
46	PALMITOS	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539/49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
47	PAPANDUVA	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292/47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
48	PINHALZINHO	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870- 000	66	49 3366 1822/49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br
49	POMERODE	R. Xv de Novembro, N. 700, Fórum Estadual - 89107-000	55	47 3387 1367/47 988163847	zona055@tre-sc.jus.br
50	PONTE SERRADA	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004/49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
51	PORTO UNIÃO	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332/42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br
52	QUILOMBO	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 S15 Ed Dom Victório - 89850- 000	78	49 3346 3361/49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
53	RIO DO SUL	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-000	26	47 3521 4803/47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
54	RIO DO SUL	R Júlio Roussenq Filho, 265 - 89160- 196	102	47 3521 4803/47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
55	RIO NEGRINHO	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838/47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
56	SANTA CECÍLIA	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	49 988054298/49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br
57	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885/48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
58	SÃO BENTO DO SUL	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280- 115	30	47 3633 4236/47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

59	SÃO CARLOS	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038/49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
60	SÃO FRANCISCO DO SUL	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355/47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br
61	SÃO JOÃO BATISTA	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459/48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
62	SÃO JOAQUIM	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088/49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
63	SÃO JOSÉ	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	29	48 3259 7187/48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
			84	48 3259 6932/48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
64	SÃO LOURENÇO DO OESTE	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990- 000	49	49 3344 1255/49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br
65	SÃO MIGUEL DO OESTE	Rua Marquês do Herval, 977, Edifício Leolino Baldissera - 89900-000	45	49 3621 0886/49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
			82	49 3621 101649 988033111	zona082@tre-sc.jus.br
66	SEARA	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763/49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br
67	SOMBRIÓ	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3533 0801/48 988058343	zona054@tre-sc.jus.br
68	TAIÓ	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	47 3562 0198/47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br
69	TANGARÁ	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024/49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br
70	TIJUCAS	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3263 0698/48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br
71	TIMBÓ	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	47 3382 2837/47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
72	TROMBUDO CENTRAL	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	47 3544 0587/47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br
73	TUBARÃO	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar - 88701-105	33	48 3626 7120/48 988045453	zona033@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			99	48 3626 6227/48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
74	TURVO	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3525 0956/48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
75	URUSSANGA	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3465 3530/48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br
76	VIDEIRA	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378/49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br
77	XANXERÊ	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056/49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
78	XAXIM	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358/49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br